

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**  
Diretoria de Pesquisas  
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Texto para Discussão  
Diretoria de Pesquisas  
Número 26

**MIGRAÇÃO PENDULAR INTRAMETROPOLITANA NO  
RIO DE JANEIRO**  
**Reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de  
1980 e 2000**

Antonio de Ponte Jardim  
Leila Ervatti

Rio de Janeiro  
2007

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 0103-6661 **Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas**

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 978-85-240-3997-3

© IBGE. 2007

## **Impressão**

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2007.

## **Capa**

**Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais** CDU 314.72(815.3-24)

---

Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro : reflexões sobre o seu estudo, a partir dos censos demográficos de 1980 e 2000 / Antonio de Ponte Jardim, Leila Ervatti. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007.

p. - (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X ; n. 26)

Inclui bibliografia.

**ISBN 978-85-240-3997-3**

1. Migração interna – Brasil – Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ). 2. Mobilidade residencial – Brasil - Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ). 3. Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ) – Migração. 4. Brasil – Censo demográfico, 1980. 5. Brasil – Censo demográfico, 2000. I. Ervatti, Leila. II. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. III. Título. IV. Série.

**Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais** CDU 314.72(815.3-24)  
RJ/IBGE/2007-36 DEM

## SUMÁRIO

	<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
	<b>Breve discussão sobre o tema</b>	<b>7</b>
<b>1</b>	<b>Introdução</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>Panorama geral das migrações na Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>Aspectos gerais da migração pendular</b>	<b>11</b>
<b>4</b>	<b>Migração pendular intrametropolitana</b>	<b>15</b>
<b>4.1</b>	<b>Os fluxos da migração pendular intrametropolitana</b>	<b>17</b>
<b>4.2</b>	<b>Estrutura etária, por sexo da população residente e dos migrantes pendulares</b>	<b>20</b>
<b>4.3</b>	<b>Indicadores socioeconômicos da migração pendular em 1980 e 2000</b>	<b>22</b>
<b>4.3.1</b>	<b>As condições de renda da população residente e dos migrantes pendulares</b>	<b>25</b>
<b>5</b>	<b>Considerações finais</b>	<b>33</b>
<b>6</b>	<b>Referências bibliográficas</b>	<b>36</b>
	<b>Anexos</b>	



# **Apresentação**

O presente texto faz parte das atividades de avaliação e análise da dinâmica demográfica brasileira realizadas no âmbito da Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS) da Diretoria de Pesquisa do IBGE.

O estudo visa explorar o quesito sobre migração pendular investigado no Censo Demográfico de 1980 e 2000, analisando o comportamento desse tipo de deslocamento no interior da metrópole do Rio de Janeiro.

**Luiz Antônio Pinto de Oliveira**

Coordenador de População e Indicadores Sociais



## Breve discussão sobre o tema

Normalmente, a discussão sobre a mobilidade pendular está associada à expansão da metrópole, à sua área de influência em relação à centralidade do mercado de trabalho, assim como às interações espaciais<sup>1</sup>. Entretanto, a mobilidade intrametropolitana da população não se reduz somente a idas e vindas do trabalho e/ou do estudo, mas as diferentes ações e práticas constitutivas da organização social da população metropolitana. Há uma relação direta entre migração pendular, mobilidade residencial, mobilidade cotidiana e espaço da vida<sup>2</sup>.

A mobilidade residencial refere-se aos deslocamentos da população no interior de uma determinada unidade administrativa tendo como unidade mínima de referência o município, pelo fato que a mudança de residência não implica, necessariamente, mudança de emprego ou atividade. A mobilidade cotidiana está relacionada à mobilidade residencial e às migrações intrametropolitanas, entretanto, estes movimentos da população normalmente “não mudam o espaço no que potencialmente se desenvolve a vida dos indivíduos que mudam de habitação ou residência. Pode-se manter o mesmo trabalho assim como o mesmo local de trabalho, os amigos, os lugares de ócio e lazer e as instituições educacionais” (Susino, 2000), demonstrando que, embora o trabalho tenha centralidade nos deslocamentos cotidianos, a mobilidade cotidiana é muito mais ampla, já que envolve as diferentes ações do dia a dia dos indivíduos. Portanto, as migrações pendulares fazem parte da distribuição espacial da população, em seus múltiplos aspectos, cujas modalidades estão relacionadas entre si, a partir das migrações internas, da mobilidade residencial, da mobilidade cotidiana e ao espaço de vida. Neste sentido, os deslocamentos da população estão relacionados à produção da existência<sup>3</sup>, que envolve diferentes temporalidades sociais (cotidianidades) advindas das condições

---

<sup>1</sup> As interações espaciais “constituem-se um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência e ocorrência e, conforme a distância e a direção, caracterizar-se por diversos propósitos e realizar-se através de diversos meios e velocidades” (CORRÊA, 1997, p. 279).

<sup>2</sup> SUSINO, J. Movilidad residencial y movilidad cotidiana em áreas urbanas. In: CASTAÑER, J. VICENTE y G. BOIX (Ed.) Áreas urbanas y movilidad laboral em España. Girona, Universitat de Girona, 2000, p. 141-163.

<sup>3</sup> A produção da existência pode ser observada através das condições de vida da população, de seus custos vitais medidos pela análise das condições ambientais, de trabalho, de saúde e educação, do uso do tempo social, entre outros aspectos relacionados à vida social. Portanto, a análise da produção da existência nos permite estudar as diferenças entre o nascer, migrar e morrer, assim como em relação a apropriação do território.

de vida e de trabalho refletindo os movimentos da economia e da sociedade<sup>4</sup>. Portanto, relacionam-se a diferentes usos do tempo e do espaço.

## **1 - Introdução**

Este trabalho tem como objetivo explorar os movimentos pendulares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1980 e 2000, utilizando-se para tanto os quesitos abordados nos Censos Demográficos 1980 e 2000, referentes ao lugar onde trabalha ou estuda. Serão analisadas as intensidades deste tipo de deslocamento (o volume dos fluxos), a sua relação com as migrações intrametropolitanas, a condição de atividade dos migrantes, a estrutura etária, alguns indicadores socioeconômicos, com ênfase a renda dos migrantes. Estes indicadores traduzem somente alguns aspectos constitutivos da organização social e espacial da população e de seus deslocamentos pendulares, no sentido que não permitem estudar as diferentes inter-relações das migrações cotidianas em relação à regularidade temporal, assim como os processos relacionados à interação espacial e ao uso cotidiano das diferentes temporalidades.

A pergunta referente às migrações pendulares nos censos demográficos indagou o município no qual o indivíduo trabalhava ou estudava na data de referência dos censos. A diferença básica entre os dois censos é que em 1980 a pergunta fazia parte do bloco referente às condições de trabalho e rendimento, o qual somente as pessoas com 10 anos ou mais respondiam. Já em 2000, esta pergunta foi feita para todas as pessoas. Esta diferença, porém não afeta a comparação entre os dois momentos, dado que o percentual de pessoas com menos de 10 anos que saíam de seus municípios para trabalhar ou estudar era de apenas 1,55% em 2000.

Cabe observar também que a Região Metropolitana (RM) sofreu alterações entre 1980 e 2000, no seu interior, ou seja foram criados 6 novos municípios. Portanto, há que

---

<sup>4</sup> Os movimentos da economia e da sociedade estão associados aos movimentos da população pelo fato de estarem relacionados com estruturas políticas, econômicas, sociais e históricas que implicam em relações de classe que, por sua vez, condicionam a forma como a sociedade produz seus bens e serviços. Assim, a configuração da produção e da distribuição de bens e serviços é produto de uma determinada estrutura de classes e não o contrário. Neste sentido, os indivíduos, independentemente de sua condição de gênero, de migração, etc., estão condicionados por valores e ideologias que prevalecentes, numa determinada configuração social, que os orientam na forma de produzir e reproduzir as suas respectivas existências, num determinado momento histórico. Portanto, são os valores predominantes que, expressos através da ideologia, condicionam a forma como as pessoas se orientam no mundo. Assim, a estrutura de classes regula a forma como os indivíduos se inserem na produção, distribuição e consumo de bens e serviços (Poutantzas, 1971).



se levar em consideração que em 1980, pessoas que se deslocavam dentro de um mesmo município, em 2000, mantendo o mesmo movimento, poderia estar se deslocando entre municípios distintos. Podemos citar como exemplo uma pessoa residente em Nova Iguaçu, que em 1980 saía para trabalhar numa região que hoje seria Belford Roxo. Em 1980, ele não seria considerado migrante pendular, pois estaria se deslocando dentro do mesmo município (de residência). Já em 2000, um indivíduo que realizava este mesmo deslocamento seria considerado um migrante pendular. Optou-se, nesta análise, não reconstituir a RM de 1980, mas vale a observação de que 3,7% (27.741 pessoas) dos deslocamentos em 2000 eram realizados entre municípios novos e seus municípios de origem.

Apesar das limitações da informação censitária, a análise dos deslocamentos intermunicipais no interior da metrópole do Rio de Janeiro para estudar ou trabalhar permite explicar possíveis fatores determinantes das migrações pendulares, cujas características podem ser observadas espacial, econômica e socialmente bastante diferenciadas, indicando, assim, estruturas e processos bastante distintos em relação ao trabalho e a moradia, no interior da metrópole fluminense, tanto em 1980 quanto em 2000, cujas diferenças só se acentuaram no intervalo desses Censos.

Como forma de qualificar e quantificar essas desigualdades na estrutura e nos processos das migrações pendulares intrametropolitana, organizou-se este estudo da seguinte maneira: inicialmente, traça-se um panorama geral das migrações, especialmente a pendular e intrametropolitana no período em questão; analisa-se o impacto da migração na estrutura interna da metrópole, enfocando a influência da centralidade do mercado de trabalho metropolitano, em relação ao destino do trabalho e/ou estudo, assim como a estrutura dos deslocamentos em relação alguns indicadores da população residente e dos migrantes pendulares intrametropolitanos. Os indicadores por nós selecionados foram: taxa de potencialidade da força de trabalho (pessoas de 20 a 59 anos); taxa de analfabetismo funcional (pessoas com até 3 anos de estudo); percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo e proporção de pessoas com 10 salários mínimos ou mais. Finalmente, analisam-se as condições de renda dos migrantes pendulares, como um dos indicadores fundamentais no processo de deslocamento migratório no interior da metrópole.

## **2 - Panorama geral das migrações na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

O estado do Rio de Janeiro, por abrigar a capital imperial e da república por quase 200 anos possui importância ímpar no cenário nacional. Sua formação populacional e territorial carrega consigo as marcas da tradição política que perdurou por tantos anos. O estado, na verdade, possui uma história política própria, tendo tido a sua integração econômica, social e territorial limitada pelo próprio fato de abrigar a capital federal, grande absorvera de população e recursos (Piquet, 2000, p.16), em relação ao restante do País.

Pólo de atração migratória, juntamente com São Paulo, chegou a apresentar na década de 60 um saldo migratório positivo de aproximadamente 840 mil pessoas, correspondente a 9,4% de sua população total em 1970. Cabe destacar que estes efetivos migratórios se dirigiam majoritariamente para o que hoje seria o Município do Rio de Janeiro (antiga Capital Federal e posteriormente o antigo Estado da Guanabara), se expandindo mais tarde para a periferia<sup>5</sup>, que formaria a Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos 70. Nos anos que se seguiram, o estado passou a atrair um menor contingente de pessoas, chegando na década de 80 a apresentar saldo migratório negativo, ou seja, uma perda de cerca de 450 mil pessoas (Rigotti e Carvalho, 1998).

Este comportamento gerou uma forte concentração populacional e econômica no atual estado do Rio, que segundo Corrêa (1986), a não complementaridade econômica entre os espaços dos antigos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, no que tange à constituição da economia da região fluminense, seria determinante para o entendimento das suas diferenciações espaciais. Explicando: a “cidade (- estado), ao cumprir (...) funções administrativas e portuárias, estaria respondendo mais às demandas do conjunto do território brasileiro que às necessidades do seu espaço regional” (Gomes e Ferreira 1988:64), evidenciando a forte polarização da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, do ex-Distrito Federal (DF), em relação ao antigo estado do Rio de Janeiro. De outra forma: o antigo DF cresceu mais em função dos “seus vínculos com o restante do país, e principalmente pelos laços que mantinha com o espaço do

---

<sup>5</sup> A expansão para periferia metropolitana deve-se a criação de municípios que compuseram a metrópole fluminense nos anos 70 e seus desmembramentos posteriores, com a criação de novos, que inicialmente tinham a função de “dormitórios” e posteriormente, vem adquirindo certa autonomia econômica e social em relação ao município do Rio

atual Sudeste” (Idem, p. 64-5) do que com seu vizinho, o antigo estado do Rio de Janeiro. (Natal, p. 20).

O que se observa no cenário atual é uma concentração populacional e econômica da Região Metropolitana em relação ao estado e do município sede em relação à Região Metropolitana. O censo 2000 mostrou que 75,7% da população do estado se concentrava na Região Metropolitana, que representa apenas 13% do território fluminense, conseqüentemente a população restante espalha-se por 87% desse território.

É também marcante a centralidade da economia do Município Sede em relação ao conjunto da economia estadual e também no contexto metropolitano. O emprego industrial da Região Metropolitana em relação ao estado estaria na faixa de 80%; o emprego do comércio, em 85%; e o de serviços, seria de 89%. A relação entre o município sede e a Região Metropolitana dos empregos industrial, comercial e serviços seria de 75%, 72% e 84% respectivamente. Ou seja, há uma expressiva concentração das atividades econômicas sinalizadas pelo emprego, no próprio município sede (Natal, 2000, p. 8). Estes aspectos são importantes na determinação dos deslocamentos intrametropolitanos, especialmente em relação à migração pendular.

### **3 - Aspectos gerais da migração pendular**

A primeira definição sobre o tema “movimentos pendulares”, remete a uma discussão do que poderiam ser considerados ou não “movimentos pendulares”, ou “migração pendular”, ou “deslocamentos pendulares ou cotidianos”.

Numa primeira acepção, correspondem aos deslocamentos realizados pelos indivíduos entre o seu local de residência e de trabalho ou estudo, possuem uma periodicidade que pode ser definida entre um dia e uma semana, segundo o Dicionário Demográfico Multilíngue do CELADE. Desse modo, as perguntas inseridas nos Censos brasileiros de 1980 e 2000, não dão conta deste aspecto; porém, os conceitos de trabalho e estudo contém implicitamente a subjetivamente a noção de frequência ou de assiduidade entre o lugar de residência e do trabalho e/ou de estudo.

---

de Janeiro. Entretanto, o município do Rio de Janeiro representa, ainda, no contexto metropolitano, o principal centro de mercado de trabalho e de estudo.

Numa segunda acepção, as migrações residenciais e os deslocamentos cotidianos ou pendulares são aspectos complementares de um mesmo fenômeno: o fenômeno metropolitano (Susino, 2000). Portanto, a análise e comparação entre ambos podem ser fundamentais para a análise em questão.

Sem aprofundar na questão conceitual da migração residencial (e de suas diferentes modalidades), que abrange vários aspectos sociais, temos como fonte de dados sobre o fenômeno migratório, os quesitos investigados nos Censos Demográficos nos permitem, em alguma medida, quantificar e analisar os movimentos realizados pela população, como ressaltado anteriormente.

Como forma de apreender o comportamento das migrações residenciais na Região Metropolitana (RM) foram analisados 3 quesitos investigados em 1980 e 2000: Lugar de nascimento conjugado com lugar de residência na data do Censo, que permite quantificar o estoque de migrantes; a última etapa migratória conjugada com o tempo ininterrupto de residência, que possibilita uma aproximação da migração de data fixa, que não foi investigada em 1980; e a migração numa data fixa (5 anos antes da data do censo).

O resultado apontou que a RM do Rio de Janeiro, em 1980, contava com um percentual de 42,5% de pessoas que não haviam nascido no município em que residiam. Em 2000, este percentual caiu para 32,9%, acompanhando o arrefecimento dos movimentos migratórios em direção ao estado. Já a migração obtida através do quesito “lugar de residência numa data fixa” apresentou um percentual de 2,9% do total da população residente na Região Metropolitana que migrou para outro município dentro da RM no quinquênio 1995/2000. Em 1980 não houve a pergunta sobre migração numa data fixa, porém pode-se considerar como *proxy* o quesito que questiona sobre a última etapa migratória (município de residência anterior), conjugada com o tempo de residência no município de residência atual. Corroborando com o que foi analisado através da informação de estoque de migrantes, houve uma diminuição do percentual de migrantes intrametropolitanos (com menos de 5 anos de residência) entre 1980 e 2000, de 4,1% para 2,9% (Tabela 1).

Apesar da diminuição da participação relativa na população residente, o volume de pessoas que trocaram de município de residência no interior da metrópole fluminense ultrapassou os 300 mil entre 1995 e 2000. Vale destacar que entre estes, aproximadamente 25% realizavam deslocamentos entre municípios para trabalhar ou estudar, tanto em 1980 quanto em 2000 (Tabela 1).

**Tabela 1**  
**População residente, pessoas que não nasceram no município de residência,**  
**migrantes intrametropolitanos e migrantes intrametropolitanos que se eram migrantes pendulares**  
**Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1980/2000**

Censos Demográficos	População residente	Pessoas que não nasceram no município de residência	Migrantes Intrametropolitanos*	Migrantes intrametropolitanos que eram migrantes pendulares
1980	8772277	3730798	359126	88834
2000	10894156	3583988	313070	78100
		Participação relativa na população residente (%)		% dos migrantes intrametropolitanos que eram migrantes pendulares
1980	-	42.5	4.1	24.7
2000	-	32.9	2.9	24.9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980 e 2000.

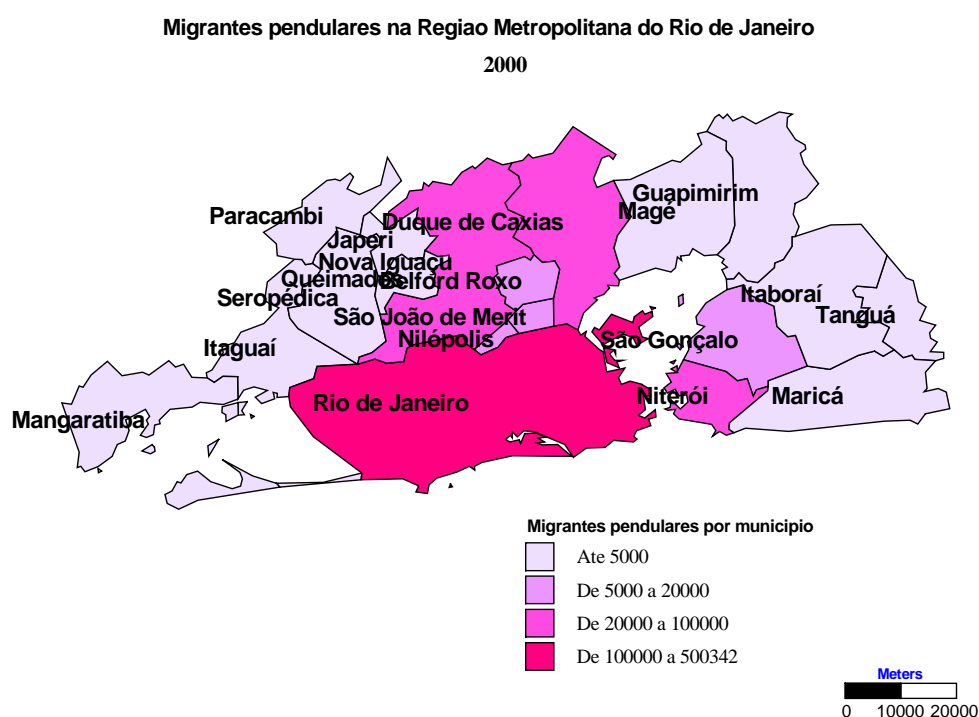
\* Pessoas que mudaram de município de residência no interior da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Desse modo, podemos relacionar a migração pendular (neste caso, considerando como migrante pendular àquele que trabalha ou estuda em município diferente do de residência) e os deslocamentos intrametropolitanos (aqui considerado como a mudança de município de residência nos 5 anos anteriores à data do Censo). Entretanto, ressaltamos que a troca de residência não implica necessariamente em troca de trabalho ou de outras atividades cotidianas. Sobre este aspecto podemos evidenciar a importância de se ter neste tipo de investigação censitária o motivo pelo qual a pessoa se desloca e a periodicidade.

O impacto dos migrantes pendulares, na população residente da Região Metropolitana permaneceu praticamente o mesmo entre 1980 e 2000, em torno de 7,7%, chegando em 2000 a aproximadamente 800 mil pessoas residentes na RM se deslocando para trabalhar ou estudar em outro município.

Este volume se agiganta na medida em que a análise avança para o espaço em que esses deslocamentos são realizados. Através da tabela 2 mostra-se que 97% em

1980 e 91% em 2000, o faziam no interior da Região Metropolitana, sobretudo em direção ao município do Rio de Janeiro. Sobre este aspecto, a análise espacial destes deslocamentos não deve ser dissociada do impacto que esses causam, tanto no percurso, quanto no destino final destas migrações pendulares, evidenciando, assim, as condições de residência, a sua diferenciação no interior da metrópole, assim como as condições de deslocamentos<sup>6</sup>. A condições de renda dos fluxos migratórios representa uma *proxy* desse processo e da estrutura da distribuição espacial da população metropolitana, especialmente a partir do Censo Demográfico de 2000 (ver mapa 2000).



Vale destacar, ainda, o aumento de indivíduos que moravam na RM do Rio e se deslocavam para fora desta, que passou de 24 mil em 1980 para 75 mil pessoas em 2000 (Tabela 2). Este comportamento da migração cotidiana segue o fluxo da migração residencial intraestadual, que apresentou no período de 1995/2000 um fluxo importante em direção ao interior do estado, sobretudo rumo à Região das Baixadas Litorâneas (Ervatti, 2003), cujos movimentos nos sugerem, em termos hipotéticos, também certa seletividade desse processo migratório, a exemplo, da migração intrametropolitana.

<sup>6</sup> Estes aspectos não serão diretamente analisados neste texto, mas como indicativos das condições de deslocamentos dos migrantes pendulares já que os fluxos, por condição de renda, mostram diferenças bastantes significativas entre a

**Tabela 2**  
**Migrantes pendulares, migrantes pendulares que se deslocam no interior da RM e**  
**migrantes pendulares que se deslocam para fora da RM**  
**Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1980/2000**

Censos Demográficos	População residente	Migrantes pendulares na RM	Migrantes pendulares que se deslocam no interior da Região Metropolitana	Migrantes pendulares que se deslocam para fora da RM
1980	8772277	686181	662180	24001
2000	10894156	824209	749565	74644
%				
1980	-	100.0	96.5	3.5
2000	-	100.0	90.9	9.1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980 e 2000.

## 4 - Migração pendular intrametropolitana

Analisando os deslocamentos pendulares no interior da RM, o município do Rio de Janeiro apresenta-se, tanto em 1980 quanto em 2000, como o destino principal das pessoas para trabalhar ou estudar, embora a sua participação relativa tenha diminuído, no período em questão (verifica-se uma diminuição relativa de 12 pontos percentuais entre os dois censos - Tabela 3).

O número de pessoas que se deslocam para outros municípios (exceto o município do Rio de Janeiro) na Região Metropolitana quase dobrou em 20 anos, o que pode ser um indicativo da saturação econômica do município do Rio de Janeiro, assim como a origem de novos centros de consumo e de serviços, via criação de *shopping centers* e a criação de novas unidades de ensino, via filiais (*campi* de principais Universidades e Centros Universitários do Estado do Rio de Janeiro) e estabelecimentos industriais nos municípios metropolitanos mais populosos, que seguem as mesmas tendências de centralização do Rio de Janeiro, em relação ao trabalho, a educação e ao lazer, se diferenciando, em seu interior, social, econômica e espacialmente. Estes aspectos estão relacionados, ao nosso ver, ao aumento da migração intrametropolitana e pendular entre esses municípios, especialmente, em relação Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo.

**Tabela 3**  
**Migrantes pendulares por destino do deslocamento**  
**Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1980/2000**

Censos Demográficos	Migrantes pendulares que se deslocam no interior da Região Metropolitana	Migrantes pendulares que se deslocam para o Município do RJ	Migrantes pendulares que se deslocam para outros municípios na RM
1980	662180	522911	139269
2000	749565	500342	249223
%			
1980	100.0	79.0	21.0
2000	100.0	66.8	33.2

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980 e 2000.

A investigação nos Censos de 1980 e 2000 também não permitiu a distinção entre quem se desloca somente para trabalhar ou para estudar. Entretanto, ao cruzarmos os principais quesitos sobre a condição de atividade podemos inferir a respeito da condição de atividade e frequência à escola (Tabela 4).

Em 1980, dos cerca de 662 mil migrantes pendulares com 10 anos ou mais de idade, 96% eram economicamente ativos e 13% freqüentavam escola. Já em 2000, 92,3% dos que se declaram economicamente ativos e 18% freqüentavam escola, já incluídos nestes as crianças com menos de 10 anos (1,55%). Certamente o grande contingente se desloca para trabalhar, já que os que somente estudam e não são não economicamente ativos representam, respectivamente, 4% e 6% em 1980 e 2000. De acordo com os conceitos do Censo Demográfico, inclui-se como economicamente ativo aqueles indivíduos que trabalhavam no período de referência ou aqueles que procuravam trabalho, logo se pode inferir que aqueles que eram não economicamente ativos, só poderiam deslocar-se para outro município para estudar (Tabela 4).

Observa-se, ainda, na tabela 4 que apenas 8,7% em 1980 e 10,3% em 2000 dos migrantes pendulares economicamente ativos freqüentavam escola, portanto, cerca de 87% em 1980 e 82% em 2000 dos que realizavam deslocamentos pendulares, o faziam somente para trabalhar. Este aspecto da migração pendular é muito importante, já que se pode pensar que em regiões onde há “atratividade de migrantes pendulares”, certamente haverá maior possibilidade de absorção de mão-de-obra, haja vista a supremacia do município do Rio de Janeiro neste fenômeno e dos municípios onde estão se realizando maiores investimentos em educação, prestação de serviços em geral, e investimentos urbanos e industriais.



**Tabela 4**  
**Migrantes pendulares por condição de atividade**  
**Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1980/2000**

Condição de atividade	1980		2000	
	Abs	%	Abs	%
<b>Total</b>	<b>662180</b>	<b>100.0</b>	<b>749564</b>	<b>100.0</b>
Migrantes pendulares com menos de 10 anos	-	-	11626	1.6
Migrantes pendulares com menos de 10 anos que frequentam escola	-	-	11367	
Migrantes pendulares economicamente ativos	635120	95.9	691792	92.3
Migrantes pendulares economicamente ativos que frequentam escola	54966	8.7	71529	10.3
Migrantes pendulares não economicamente ativos	27060	4.1	46146	6.2
Migrantes pendulares não economicamente ativos que frequentam escola	27060	100.0	46133	100.0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980 e 2000.

#### 4.1 – Os fluxos da migração pendular intrametropolitana

A partir das matrizes “de e para” (em anexo as matrizes intermunicipais dos fluxos migratórios, em 1980 e 2000), verificam-se os principais fluxos da migração pendular intrametropolitana, onde é possível observar que os municípios mais desenvolvidos (Rio de Janeiro e Niterói), em termos econômicos e sociais, juntos representavam o destino de 90% e 80% respectivamente em 1980 e 2000 do total da migração pendular no interior da RM do Rio de Janeiro. Entretanto, é possível destacar o incremento relativo em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, enquanto municípios de destino dos migrantes pendulares entre os dois Censos que, respectivamente, apresentavam em 1980, 3,51% e 1,46% dos deslocamentos em 2000, 5,12% e 3,83%. Ressalta-se, ainda, com exceção de São Gonçalo e Itaboraí, que possuem uma forte pendularidade com Niterói, os outros municípios metropolitanos tem o Rio de Janeiro como seu principal destino, dada a sua importância no cenário estadual, enquanto capital e principal mercado de trabalho regional.

O município do Rio de Janeiro, no período analisado, teve um incremento de 78% no número de pessoas que trabalhavam ou estudavam em outro município, ou seja, em 1980 cerca de 24 mil pessoas exerciam a pendularidade do município para outro, e em 2000 esse contingente chegou a aproximadamente 42 mil, ou seja, saem do Rio para trabalhar ou estudar em outro município metropolitano. Este aumento reflete-se no volume de pessoas que se deslocam para determinados municípios que em 1980 não tinham nenhuma representatividade neste fluxo, e em 2000 passou a receber um número maior de pessoas oriundas do município do Rio de Janeiro, como Itaguaí, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti, além de Duque de Caxias e Niterói, que em 1980 já

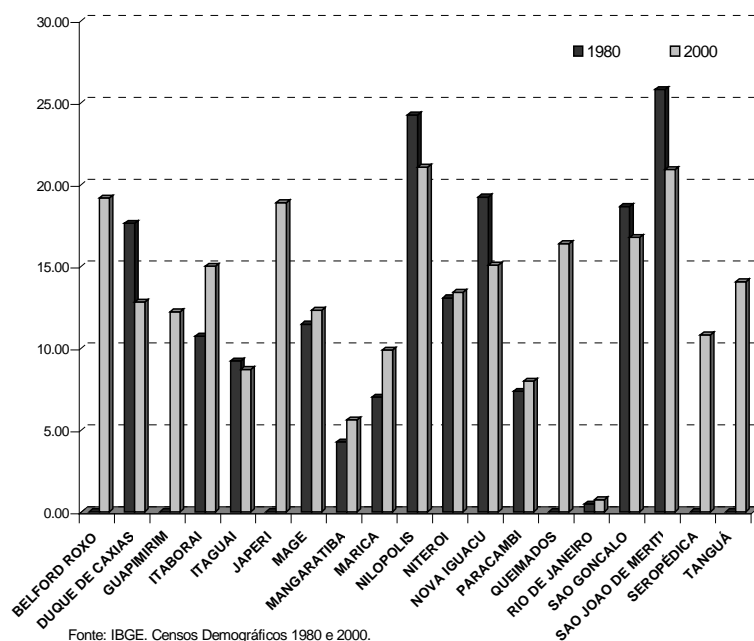
absorviam mão-de-obra da capital. Podemos inferir sobre esse fenômeno que em relação a Itaguaí, deve-se a influência do Porto de Sepetiba e da área industrial. Portanto, observa-se o desenvolvimento de novos centros econômicos voltados especialmente para o consumo e para prestação de serviços, com aumento da demanda por serviços especializados, especialmente em Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo.

Outra forma de análise do impacto demográfico da migração pendular, refere-se à relação entre o número de pessoas que se deslocam de um município a outro e a população residente do local de origem e destino. Em relação ao local de origem, pode-se inferir a respeito da não absorção de mão-de-obra local ou condições de trabalho precárias, além da pouca ou nenhuma oferta de instituições de ensino, em especial ensino superior, que podem resultar numa “expulsão” de pessoas a procura de trabalho ou estudo. Em relação ao local de destino, há que se pensar no impacto da utilização do espaço urbano, já que o simples fato da localização do trabalho ou estudo implica possivelmente na utilização dos serviços públicos e/ou privados destes locais.

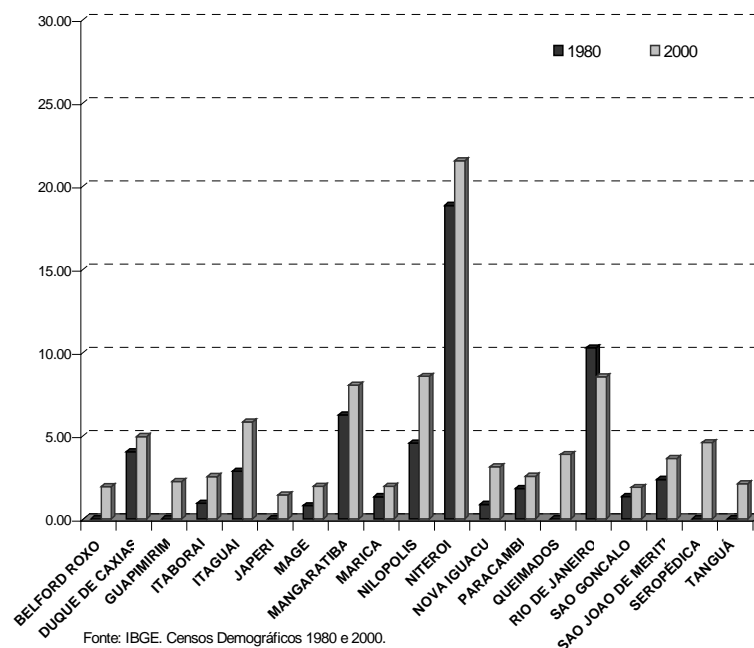
Observam-se municípios que apresentaram percentuais em torno de 20% de sua população residente que saíam de seus municípios de residência para trabalhar e/ou estudar em outros municípios em 2000: Belford Roxo, Japeri, Nilópolis e São João de Meriti. Os dois primeiros não existiam em 1980 e os dois últimos reduziram o percentual de pessoas que se deslocavam para trabalhar ou estudar em outro município entre 1980 e 2000 (Gráficos 1 e 2). A pendularidade desses municípios está apontando, possivelmente, para falta de investimentos econômicos e sociais em seus territórios.

No sentido inverso, entre os municípios de atração dos fluxos pendulares, destaca-se Niterói que em 2000 sofreu um impacto de 20% de pessoas que chegavam regularmente para trabalhar ou estudar em seu território. Em termos absolutos, este contingente chegava a 98 mil pessoas. No Rio de Janeiro, este percentual representava 8,5% de sua população residente, correspondendo a 500 mil pessoas. Duque de Caxias, em termos absolutos, recebe um contingente de cerca de 38 mil pessoas, o que corresponde a 5% de sua população residente (Gráficos 1 e 2).

**Gráfico 1 - Impacto relativo das saídas dos migrantes pendulares na população residente  
Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1980/2000**



**Gráfico 2 - Impacto relativo das entradas dos migrantes pendulares na população residente  
Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1980/2000**



Esses municípios demonstram, numa escala hierárquica, a sua importância econômica, política e social no contexto metropolitano, onde devido à concentração de suas atividades econômicas e sociais que “*exigem*”, cada vez mais, uma diferenciação e concentração do conhecimento (técnico e científico), com diversificação de atividades econômicas e sociais que se refletem na estrutura etária da população, como elemento

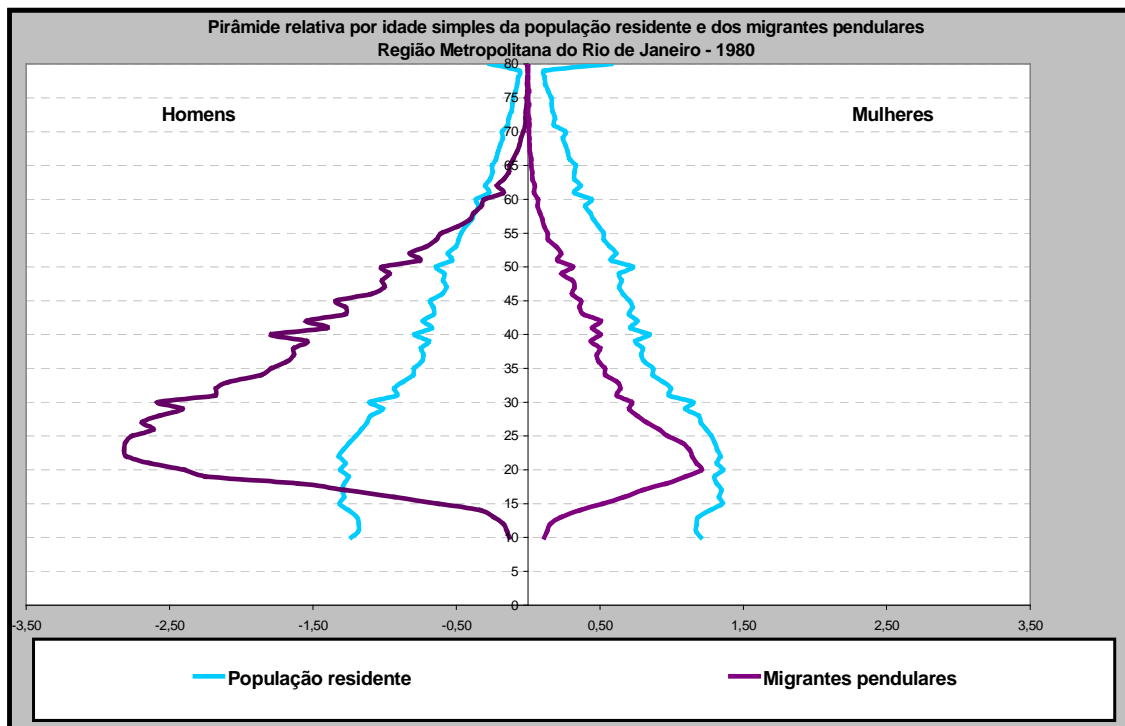
essencial do ciclo de vida, da economia e da sociedade na região, cujos câmbios na estrutura etária dos fluxos dos migrantes pendulares, se fazem presentes nas mudanças da economia e da sociedade metropolitanas, no período em questão.

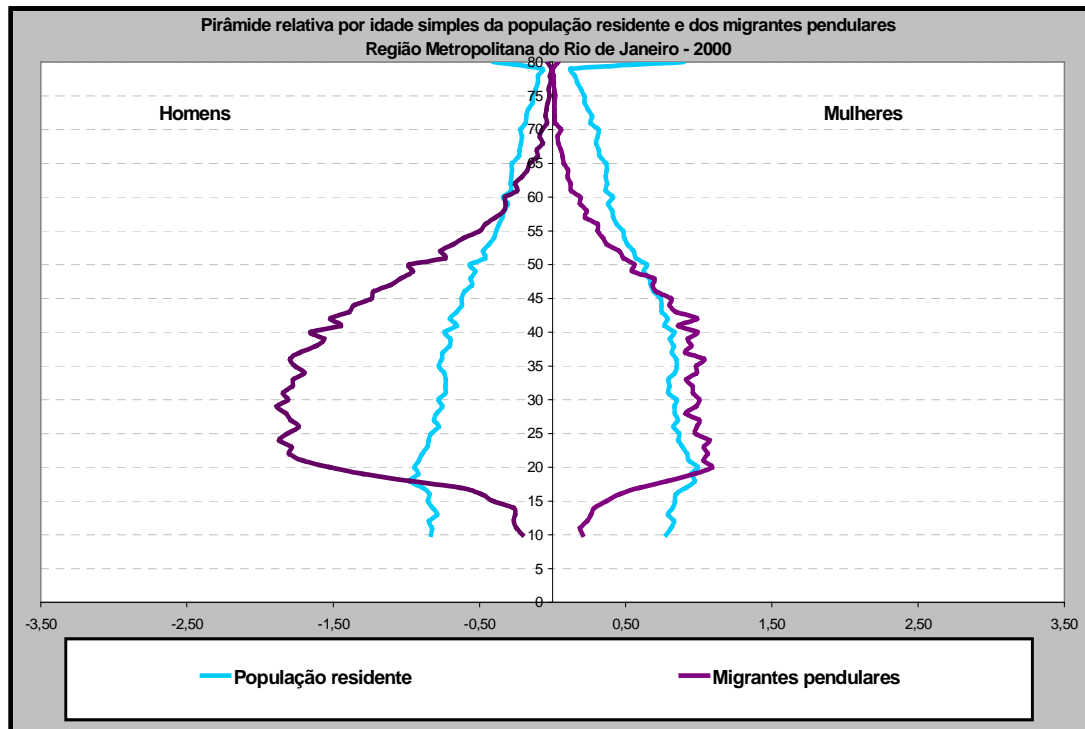
#### **4.2 - Estrutura etária, por sexo da população residente e migrantes pendulares**

As pirâmides etárias das pessoas que se deslocavam para trabalhar ou estudar em outro município, em 1980 e 2000, mostram diferenciais bastante expressivos entre os sexos. Os homens situados nas faixas entre os 20 aos 35/40 anos predominam nesse tipo de deslocamento nos dois censos, sendo observado um envelhecimento destes indivíduos nos últimos 20 anos. Essas faixas etárias mostram o peso e a importância da força de trabalho, assim como o aumento das condições de vida, principalmente, para aqueles com maior poder aquisitivo no contexto metropolitano, pelo fato que quando comparamos a migração pendular, no geral, com as dos indivíduos que migraram no interior da metrópole, a sua pendularidade é menor do que a total, o que possivelmente está indicando uma mudança de residência no interior da metrópole fluminense. Este aspecto possivelmente é um dos indicadores do aumento da segregação socioeconômica existente no interior da metrópole do Rio de Janeiro.

Por sua vez, as mulheres, que em 1980 tinham uma participação bastante tímida entre os migrantes pendulares, em 2000 acompanharam o incremento da participação feminina no mercado de trabalho, revelando um aumento da participação desse grupo na totalidade dos migrantes pendulares. A idade das mulheres que realizavam este movimento também apresentou diferencial entre os dois censos. Em 1980, as mulheres que saíam de seus municípios de residência para trabalhar ou estudar em outro município tinham entre 15 e 30 anos. Em 2000 a maioria das migrantes pendulares situava-se nas faixas etárias situadas entre 20 e 45 anos. O aumento do nível de escolarização feminina ao longo desses 20 anos, assim como sua participação no mercado de trabalho metropolitano são fatores que certamente influenciaram este aumento na idade das mulheres migrantes.

A comparação entre as pirâmides etárias da população residente e a dos migrantes pendulares revela as desigualdades existentes no interior do último grupo. O desequilíbrio entre os sexos, reduzido entre os dois censos, e as idades situadas nos grupos essencialmente laborais, observado nos dois períodos, mostram que estes deslocamentos cotidianos possuem um viés provocado pela própria forma de investigação nas pesquisas censitárias, que indaga qual o município em que a pessoa trabalha ou estuda, não abrindo espaço para deslocamentos realizados por outras motivações. Além do mais, a análise geral das pirâmides etárias mostra o peso relativo da migração pendular no mercado de trabalho metropolitano, cuja importância é predominantemente masculina, apesar das mudanças na estrutura por sexo, ainda permanece essencialmente masculina.





### 4.3 - Indicadores socioeconômicos da migração pendular em 1980 e 2000

As mudanças na estrutura etária da população metropolitana refletem o aumento da potencialidade da força de trabalho (associada ao aumento de permanência no mercado laboral), assim como as mudanças na divisão social do trabalho intrametropolitano, cujos indícios são maiores em relação aos migrantes pendulares.

Quais seriam os possíveis fatores responsáveis pela diferenciação entre migrantes pendulares a população residente?

Um dos possíveis fatores explicativos possivelmente estaria relacionado com as oportunidades de trabalho e com os anos de estudo, onde os fluxos migratórios pendulares intrametropolitanos nos mostram, por um lado, um percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudos superior à população metropolitana (35,5% contra 24,6%), em 2000 e, por outro, em relação àqueles que ganhavam acima de 10 salários mínimos, representavam somente 7,6% contra 11,2% da população metropolitana, na mesma época. Desataca-se, ainda, que embora tenham aumentado o percentual de migrantes pendulares com rendimentos acima de 10 salários mínimos, entre 1980 e

2000, estes mantêm percentuais inferiores à população residente (Tabela 5). Estes dois indicadores (de escolaridade e de renda) nos revelam, *grosso modo*, que os deslocamentos intrametropolitanos para trabalhar e/ou estudar são bastante diferenciados social e espacialmente, cujas diferenças estão relacionadas às condições da mobilidade populacional intrametropolitana, num contexto de mudanças na economia e na sociedade metropolitanas, pelo fato que embora tenha dobrado o percentual de pessoas residentes com 11 anos e mais de estudos, a diferença entre os migrantes pendulares foi da ordem 139% entre 1980 e 2000. Revelam-nos, ainda, que apesar de aumentarem o número relativo de migrantes pendulares com 10 salários mínimos ou mais, ainda é inferior ao da população metropolitana. Este dado nos sugere que mesmo entre os migrantes pendulares de alta renda as condições são diferenciadas entre os que não são.

Quais são as possíveis explicações pela diferenciação socioeconômica entre as pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência? Por que as que trabalham ou estudam fora do município de residência são mais instruídas e ganham menos das que não o fazem?

Em primeiro lugar, podemos dizer que uma das possíveis explicações estaria dada pela conformação histórica do território metropolitano, que reflete as condições sociais, econômicas, políticas e espaciais que se apresentam social e economicamente diferenciadas mostrando que áreas melhores servidas de equipamentos urbanos e coletivos são ocupadas pela população de maior poder político e aquisitivo, independente da localização geográfica (seja na área central ou nos demais municípios metropolitanos, da chamada “periferia” metropolitana). Já que as áreas onde existe maior nível de carências urbanas e sociais<sup>7</sup> são ocupadas pela população de menor poder aquisitivo e, portanto, de menor influência política na localização dos benefícios sociais e coletivos.

---

<sup>7</sup> A noção de carências urbanas e sociais está relacionada com a falta de algo determinado por valores previamente definidos pela estrutura social. As carências são produzidas social e historicamente e referem-se às atividades dos sujeitos na elaboração de seus sentimentos, vivências e expectativas de acesso ao consumo de bens e serviços, socialmente diferenciadas (Jardim, 2001). Por sua vez, as carências relevam as condições de vida da população, de seus custos vitais medidos pela análise das condições ambientais, de trabalho, de saúde e educação, do uso do tempo social, entre outros aspectos relacionados à vida social, refletindo, assim, as condições de ocupação territorial.

**Tabela 5**  
**Indicadores selecionados da população residente e dos migrantes pendulares intrametropolitanos**  
**Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1980/2000**

Indicadores	População residente		Migrantes pendulares intrametropolitanos	
	1980	2000	1980	2000
Taxa de potencialidade da força de trabalho (pessoas de 20 a 59 anos)	39.6	55.3	85.2	86.3
Taxa de analfabetismo funcional *	48.2	31.9	21.6	13.5
Pessoas com 11 anos ou mais de estudo **	11.8	24.7	14.8	35.4
Proporção de pessoas com 10 salários mínimos ou mais ***	7.7	11.2	3.3	7.6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980 e 2000.

\* 1980 - pessoas que não concluíram nenhum curso ou pessoas que cursaram alfabetização de adultos

2000 - pessoas com 1 a 3 anos de estudo.

\*\* 1980 - pessoas que concluíram o segundo grau ou colegial e pessoas com mestrado ou doutorado

2000 - pessoas com 11 anos ou mais de estudo.

\*\*\* Renda total individual

Em segundo lugar, o crescente processo de desvalorização da força de trabalho, advindo do processo de reestruturação produtiva<sup>8</sup> da economia, iniciada nos anos 80, faz com que as pessoas se qualifiquem mais, já que o trabalhador passa a ser multifuncional, com exigências de maior qualificação e, portanto, com maior nível de instrução e que, no geral, detêm um menor nível salarial. Ou seja, há um aumento no número de médio de anos de estudo embora este não seja garantia para melhores condições salariais. Esta situação foi observada em relação à Região metropolitana do Rio de Janeiro, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que já apontava para esse fenômeno nos anos 90 – onde trabalhadores mais qualificados e com maior nível de instrução percebiam menores salários, assim como os mais instruídos não necessariamente desempenhavam atividades para as quais estavam qualificados (Pimentel, 1998).

Assiste-se, também, ao nível metropolitano, uma elitização do consumo e da ocupação territorial, fruto do poder limitado de consumo pelos trabalhadores e principalmente pela desvalorização da força de trabalho, cujos reflexos aparecem nos desgastes de suas vidas e associados às condições de deslocamento e de trabalho. Em relação ao local de moradia refletirá distâncias sociais, econômicas e políticas, assim como a sua capacidade de demanda das satisfações de suas carências urbanas, cujo confronto pode ser observado pelas condições de distribuição espacial dos bens e serviços, com reflexos diretos sobre os processos de exclusão e da segregação sócio-espacial.

<sup>8</sup> O processo de reestruturação produtiva compatibiliza mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, bem como redefine os papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras visando a atender as necessidades de garantia de lucratividade (Corrêa, 1997). Em relação ao social, produz uma elitização do consumo, do espaço geográfico e de mercados com poder limitado de consumo e aumenta a competição



#### 4.3.1 - As condições de renda da população residente e dos migrantes pendulares<sup>9</sup>

A metrópole fluminense se adensa geográfica e socialmente, ganha novas centralidades de trabalho e de consumo, que são responsáveis por diferenças sócio-espaciais bem marcantes entre pobres e ricos, inclusive no interior da metrópole, cujos reflexos aparecem na migração pendular, uma vez que as condições sócio-espaciais irão determinar as condições de mobilidade geográfica da população e o acesso ao mercado de trabalho metropolitano, especialmente em relação aos meios de locomoção (Lourenço, 2006).

Essas diferenciações espelham a criação de áreas segregadas de população de média e alta renda, com adensamento habitacional excludente: de um lado, condomínios fechados e, de outro, o aumento da população favelada na chamada periferia metropolitana, contribuindo para o crescimento da metrópole via adensamento populacional inclusive na chamada periferia e absorção de antigas áreas rurais.

Como *proxy* dessas desigualdades, os indicadores de renda sobre as condições de deslocamento da população que trabalha ou estuda fora do município de residência no interior da metrópole fluminense, aponta que os migrantes pendulares ganhavam, em média, 3,6 salários mínimos, enquanto que a população residente que trabalhava no mesmo município de residência correspondia a 5,3 salários mínimos (Tabela 6). Outro fato, a ressaltar é que apesar da renda média desse contingente ser menor àqueles que ganhavam 20 salários mínimos e mais também o eram. Entretanto, as distâncias no interior de cada categoria (migrante pendular ou não) eram mais significativas entre as pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência – 12,7 vezes a renda média, enquanto para a população residente era de 11,8 vezes. Outro fato a ser ressaltado, são as diferenças entre a renda média total dos migrantes intrametropolitanos (1975-1980) e a renda média daqueles com 20 salários mínimos ou mais. Apesar de apresentarem os menores rendimentos médios, tanto total como os com 20 SM e mais,

---

intercapitalista mundial. Em relação ao local, produz aumento das distâncias sociais, econômicas, observadas através da exclusão e da segregação sócio-espacial.

<sup>9</sup> Na análise dos indicadores de renda foram utilizadas as informações sobre a renda total individual investigada nos Censos Demográficos de 1980 e 2000.

as distâncias entre eles são as maiores no contexto metropolitano – 13,2 vezes a renda média total do grupo. O que estes indicadores estão nos mostrando? Estampam, em primeiro lugar, que as desigualdades socioeconômicas da população metropolitana é bastante acentuada, independente da condição de pendularidade; em segundo lugar, as desigualdades são mais discrepantes no interior dos fluxos dos migrantes pendulares, nos sugerindo que as condições de deslocamento intrametropolitano são bastante diferenciadas.

Portanto, como havíamos afirmado anteriormente, assiste-se, ao nível metropolitano, uma concentração da renda, a uma elitização do consumo e da ocupação territorial, fruto de transferência de renda do trabalho e, conseqüentemente, do poder limitado dos trabalhadores e, principalmente, da desvalorização de sua força de trabalho entre 1980 a 2000, cujos reflexos aparecem nos desgastes de suas vidas e associados às condições de deslocamento e de trabalho. Em relação ao local de moradia, refletirá as distâncias sociais, econômicas e políticas, assim como a sua capacidade de demanda das satisfações de suas carências urbanas, cujo confronto pode ser associado às condições de distribuição espacial dos bens e serviços, com reflexos diretos sobre os processos de exclusão e da segregação sócio-espacial no interior da metrópole, independente de ser migrante pendular ou não (tabelas 6 e 7).

**Tabela 6**  
Indicadores de renda da população residente, das pessoas que trabalham ou estudam no mesmo ou fora do município de residência, no interior da metrópole do Rio de Janeiro - 1980

Indicadores de renda	População residente	Pessoas que trabalham ou estudam no mesmo município de residência na RM	Migrantes Pendulares	Migrantes Intrametropolitanos 1975/1980	Migrantes intrametropolitanos que eram migrantes pendulares
% de pessoas com até 5 salários mínimos (SM)	81.9	80.7	89.1	89.7	89.0
Renda média total (em SM)	5.1	5.3	3.6	3.4	3.7
Renda média das pessoas com 20 SM e mais (em SM)	59.7	60.8	46.0	44.5	46.3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980.

Nota: O valor do salário mínimo vigente em maio de 1980 correspondia a Cr\$ 4149,60.

Cálculo da renda média das pessoas com 20 SM e mais, pelo índice de Pareto:

$$\text{Índice de Pareto } Y = Y_{lin}^n \cdot \frac{\alpha}{\alpha - 1} \therefore \alpha = \frac{Ln(Nx + Nx - 1) - LnNx}{Ln Y_{lin}^n - Ln Y_{lin}^{n-1}}$$

**Tabela 7**  
**Indicadores de renda da população residente, das pessoas que trabalham ou estudam no mesmo ou fora do município de residência, no interior da metrópole do Rio de Janeiro - 2000**

Indicadores de renda	População residente		Pessoas que trabalham ou estudam no mesmo município de residência na RM		Migrantes Pendulares	Migrantes Intrametropolitanos 1975/1980	Migrantes intrametropolitanos que eram migrantes pendulares
	% de pessoas com até 5 salários mínimos (SM)	Renda média total (em SM)	Renda média das pessoas com 20 SM e mais (em SM)				
% de pessoas com até 5 salários mínimos (SM)	70.7	71.7	76.0	74.5	72.5		
Renda média total (em SM)	5.8	6.1	4.1	5.0	5.3		
Renda média das pessoas com 20 SM e mais (em SM)	61.2	63.5	45.6	46.2	45.5		

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Nota: O valor do salário mínimo vigente em maio de 2000 correspondia a R\$ 151,00

Os custos sociais e econômicos da migração pendular, de baixa renda, são muito maiores do que daqueles que não se deslocam para trabalhar ou estudar, assim como dos migrantes de média e alta renda. Entretanto, isto não significa que desigualdades sociais e econômicas entre aqueles que não se deslocam para trabalhar não sejam também grandes (Tabelas 8 e 9), uma vez que 80,8% das pessoas que trabalhavam ou estudavam no município de residência percebia até 5 salários mínimos e detinha somente 35,4% da renda, enquanto que somente 8,3% dessas pessoas percebiam 10 salários mínimos e mais e eram responsáveis por 49,1% da renda total do grupo, em 1980. Apesar da queda no número percentual de pessoas com até 5 salários mínimos, em 2000, o montante de renda total caiu quase pela metade. O que isso significa? O aumento das distâncias econômicas e sociais entre a imensa população de baixa renda e a de alta renda, já que as que ganhavam mais de 10 salários mínimos absorviam 64,1% da renda total.

**Tabela 8**  
**Indicadores de renda da população residente, das pessoas que trabalham ou estudam no mesmo ou fora do município de residência, no interior da metrópole do Rio de Janeiro - 1980**

Classes de renda	População residente		Pessoas que trabalham ou estudam no mesmo município de residência		Migrantes pendulares	
	% da população	% da renda	% da população	% da renda	% da população	% da renda
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1 SM (salário mínimo)	20.6	2.0	22.0	2.1	16.7	2.3
De 1 a 5 SM	61.3	36.3	58.8	33.3	72.4	59.9
De 5 a 10 SM	10.5	15.5	10.9	15.5	7.6	15.8
De 10 a 20 SM	4.9	14.6	5.4	15.2	2.3	9.7
Mais de 20 SM	2.8	31.6	3.0	34.0	1.0	12.3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980

Nota: O valor do salário mínimo vigente em maio de 1980 correspondia a Cr\$ 4149,60.

**Tabela 9**  
**Indicadores de renda da população residente, das pessoas que trabalham ou estudam no mesmo ou fora do município de residência, no interior da metrópole do Rio de Janeiro - 2000**

Classes de renda	População residente		Pessoas que trabalham ou estudam no mesmo município de residência		Migrantes pendulares	
	% da população	% da renda	% da população	% da renda	% da população	% da renda
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1 SM (salário mínimo)	12.2	1.1	12.8	1.1	8.8	1.1
De 1 a 5 SM	60.1	15.7	58.9	14.5	67.1	24.5
De 5 a 10 SM	16.3	21.2	16.3	20.0	16.4	30.0
De 10 a 20 SM	7.3	19.0	7.7	18.9	5.4	19.8
Mais de 20 SM	4.1	43.1	4.4	45.6	2.2	24.7

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

Nota: O valor do salário mínimo vigente em maio de 2000 correspondia a R\$ 151,00

Em relação aos migrantes intrametropolitanos observa-se que não havia diferenças significativas entre aqueles que trabalham ou estudam no mesmo ou fora do município de residência, tanto em 1980 quanto em 2000 (Tabelas 10 e 11). A única diferença era que possuíam, em média, rendimentos inferiores aos da população residente, pelo fato que a maioria migrante auferia até 5 salários mínimos 89,7% e detinha 63,6% da renda do grupo, em 1980. Esta tendência se mantém em 2000, só com um agravante, a concentração de renda naqueles migrantes com mais de 10 salários mínimos, onde 8,8% detinham 42,3% da renda do grupo e aqueles que trabalhavam ou estudavam fora do município de residência correspondia a 9,5% dos migrantes que detinham 42,5% da renda total do grupo. Estes dados mostram dois momentos diferenciados da migração intrametropolitana: no primeiro, o deslocamento de uma imensa maioria de população de baixa renda, cuja renda total se concentrava nos migrantes de até 10 salários mínimos (entre 1975-1980), no segundo momento, mantém-se as diferenças significativas de renda no interior dos fluxos migratórios, entretanto, a massa da renda concentra-se na minoria dos migrantes com 10 salários mínimos e mais (entre 1995-2000).

Tabela 10  
Migrantes intrametropolitanos entre 1975-1980, que trabalham ou estudam fora do município de residência,  
segundo as classes de renda - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1980

Classes de renda	Migrantes intrametropolitanos entre 1975-1980		Migrantes intrametropolitanos que eram migrantes pendulares	
	% da população	% da renda	% da população	% da renda
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1 SM (salário mínimo)	21.7	3.2	11.2	1.5
De 1 a 5 SM	68.0	60.4	77.8	63.2
De 5 a 10 SM	7.4	16.4	8.1	16.4
De 10 a 20 SM	2.1	9.2	2.0	8.2
Mais de 20 SM	0.8	10.8	0.9	10.6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980

Nota: O valor do salário mínimo vigente em maio de 1980 correspondia a Cr\$ 4149,60.

No geral, podemos afirmar que a intensidade dos movimentos migratórios intrametropolitanos diminuiu, como observamos anteriormente, mas as diferenças no interior dos fluxos migratórios não, o que possivelmente está retratando as desigualdades sócio-espaciais no interior da metrópole, a segregação da população de média e alta renda, independente da condição migratória, pelo fato de não haver diferenças significativas entre os migrantes que trabalham ou estudam fora do município de residência e aqueles que não o fazem. Mostra, também, que esses migrantes de alta renda são responsáveis, em parte, pela diferenciação sócio-espacial no local de destino aumentando, assim, o nível de segregação sócio-espacial no interior da metrópole, especialmente, naqueles municípios com mercado de trabalho e de consumo diferenciados.

Tabela 11  
Migrantes intrametropolitanos entre 1995-2000, que trabalham ou estudam fora do município de residência,  
segundo as classes de renda - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000

Classes de renda	Migrantes intrametropolitanos entre 1995-2000		Migrantes intrametropolitanos que eram migrantes pendulares	
	% da população	% da renda	% da população	% da renda
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1 SM (salário mínimo)	12.8	1.3	9.0	0.8
De 1 a 5 SM	61.7	31.6	63.6	31.4
De 5 a 10 SM	16.7	24.9	18.0	25.3
De 10 a 20 SM	6.2	18.5	6.7	19.0
Mais de 20 SM	2.6	23.8	2.8	23.5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

Nota: O valor do salário mínimo vigente em maio de 2000 correspondia a R\$ 151,00

A partir das matrizes (em anexo) de 1980 e 2000 de pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência, o município do Rio de Janeiro continua representando a centralidade do trabalho na Região metropolitana fluminense, como se demonstrou ao longo deste estudo. Em 1980, 79% dos migrantes pendulares

metropolitanos destinavam-se ao município da capital, valor este que cai para 66,8% em 2000. Os resultados do Censo Demográfico de 2000 mostram que maioria destes migrantes pendulares residia nos municípios de Nova Iguaçu (20,6%); Duque de Caxias (16,4%); São João de Meriti (13,6); São Gonçalo (12,2%), Niterói (9,2%) e Belford Roxo (10,3%). Estes deslocamentos são bastante diferenciados, tanto em relação aos rendimentos médios da população residente como em relação às pessoas com 10 salários mínimos e mais, o que demonstra a grande diversidade nas condições de renda existente no interior dos principais municípios metropolitanos, em termos populacionais e de segregação sócio-espacial. Esses municípios são os que possuem maior desenvolvimento econômico e social na metrópole fluminense, entretanto o seu mercado de trabalho não absorve a sua força de trabalho. Esses municípios ganharam centralidade relativa do trabalho e educacional, a partir dos anos 80, com a expansão da nova economia<sup>10</sup>, baseada na reestruturação industrial e na expansão dos serviços privados, em especial educação e saúde, cuja demanda se faz presente pela população de media e alta renda locais.

**Tabela 12**  
**População residente no município do Rio de Janeiro, por classes e indicadores de renda - 1980/2000**

Classes e indicadores de renda	População residente 1980		População residente 2000	
	% da população	% da renda	% da população	% da renda
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1 SM (salário mínimo)	17.2	1.4	13.3	0.7
De 1 a 5 SM	59.4	28.4	50.3	14.5
De 5 a 10 SM	12.9	15.4	19.3	14.6
De 10 a 20 SM	6.7	15.8	10.3	15.5
Mais de 20 SM	3.8	39.0	6.8	54.7
Renda média total (em SM)	6.3		10.0	
Renda média das pessoas com 20 SM ou mais (em SM)	63.9		80.5	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980, 2000.

Notas: O valor do salário mínimo vigente em maio de 1980 correspondia a Cr\$ 4149,60.

O valor do salário mínimo vigente em maio de 2000 correspondia a R\$ 151,00

<sup>10</sup> Para avaliar a importância e as mudanças no mercado de trabalho e educacional, numa determinada região, propõe-se que se analise (HUALDE, 2005, p.47-48): 1) as instituições – a) quantidade e qualidade; b) as relações entre elas; c) a espessura das redes institucionais; d) o tipo de organização que possuem; 2) o tipo de indústria – produção de produtos e processos de trabalho, setor de atividade, tipos de empresas, tipos de organizações empresariais, níveis tecnológicos, formas de aquisição da tecnologia: criação, imitação e de formação; 3) capital humano – infra-estrutura educativa e de formação; 4) um conjunto de valores, regras, racionalidade compartilhada que pode definir como “identidade regional”.

A centralidade do município do Rio de Janeiro, onde se destina a maioria dos migrantes pendulares intrametropolitanos, se faz presente no número de salários mínimos pagos aos migrantes pendulares (em média, 59% maiores do que o conjunto metropolitano, em 2000). Em relação aos migrantes pendulares de 10 salários mínimos e mais, a há uma diferença significativa (em média, 5,6% em relação aos demais intrametropolitanos, em iguais condições). Portanto, a centralidade do mercado de trabalho de trabalho no Rio de Janeiro está dada, em parte, pelo valor da renda média total metropolitana.

Quais as possíveis explicações? Por um lado, município do Rio de Janeiro, representa o principal mercado de trabalho, cujos salários médios são superiores ao restante da metrópole, em segundo lugar, em relação aos migrantes que percebiam acima de 10 salários mínimos não se diferenciarem do conjunto metropolitano, significa a concentração de renda independente do lugar de destino (Tabelas 13 e 14).

**Tabela 13**  
**Migrantes pendulares que trabalham ou estudam no município do Rio de Janeiro,**  
**e aqueles que trabalham ou estudam no interior da metrópole fluminense (sem o município do Rio de Janeiro) - 1980**

Classes e indicadores de renda	Migrantes pendulares que se dirigem ao município do RJ		Migrantes pendulares que se dirigem ao interior da metrópole	
	% da população	% da renda	% da população	% da renda
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1 SM (salário mínimo)	13.3	1.8	28.1	4.1
De 1 a 5 SM	75.9	61.9	60.6	52.8
De 5 a 10 SM	7.6	15.6	7.5	16.4
De 10 a 20 SM	2.2	9.1	2.7	11.9
Mais de 20 SM	0.9	11.7	1.1	14.8
Renda média total (em SM)	3.7		3.4	
Renda média das pessoas com 20 SM ou mais (em SM)	46.2		45.6	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980.

Nota: O valor do salário mínimo vigente em maio de 1980 correspondia a Cr\$ 4149,60.

**Tabela 14**  
**Migrantes pendulares que trabalham ou estudam no município do Rio de Janeiro,**  
**e aqueles que trabalham ou estudam no interior da metrópole fluminense (sem o município do Rio de Janeiro) - 2000**

Classes e indicadores de renda	Migrantes pendulares que se dirigem ao município do RJ		Migrantes pendulares que se dirigem ao interior da metrópole	
	% da população	% da renda	% da população	% da renda
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1 SM (salário mínimo)	7.4	0.7	10.4	1.0
De 1 a 5 SM	66.8	36.7	64.2	35.3
De 5 a 10 SM	17.3	23.8	16.4	22.6
De 10 a 20 SM	5.9	16.1	6.3	17.2
Mais de 20 SM	2.6	22.7	2.7	24.0
Renda média total (em SM)	5.5		5.5	
Renda média das pessoas com 20 SM ou mais (em SM)	48.1		47.9	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: O valor do salário mínimo vigente em maio de 2000 correspondia a R\$ 151,00

Acredita-se, em terceiro lugar que, por um lado, uma das principais explicações está na forma de apropriação e ocupação territorial desses municípios selecionados, no sentido que reproduzem a lógica da exclusão e da segregação sócio-espaciais existentes no município-cidade do Rio de Janeiro, assim como os seus mecanismos de centralidade do trabalho e da sua qualificação e requalificação profissional, ou seja, enquanto principal centro educacional e científico. Por outro, por serem espaços consolidados, em termos sociais e econômicos, se desenvolveram nos moldes da diferenciação do consumo de bens e serviços, a exemplo dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. Entretanto, os seus respectivos mercados de trabalho não absorvem a maioria de sua mão de obra qualificada, assim como aquela com baixa qualificação que buscam trabalho nos serviços domésticos e administrativos na cidade do Rio de Janeiro. Além do mais, se mantêm as diferenças entre mercado de trabalho e a residência.

As disparidades intermunicipais em relação às condições de renda das pessoas que se deslocam para trabalhar ou estudar na metrópole fluminense nos sugere o fim do discurso da periferia metropolitana como um todo homogêneo, em termos de condições socioeconômicas da população trabalhadora, já não dá conta da explicação das desigualdades sócio-espaciais, independente do município de residência e da origem da migração pendular. Entretanto, ressalta-se que a maioria da população de baixa renda (até 5SM) reside na chamada periferia metropolitana, em áreas segregadas no interior dos respectivos municípios, inclusive no município do Rio de Janeiro, que é o principal mercado de trabalho ou de estudo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cujos rendimentos médios da população é superior ao restante da metrópole fluminense, inclusive as contradições sócio-espaciais.



## 5 - Considerações Finais

Ressalta-se que o levantamento censitário sobre as pessoas que trabalham e/ou estudam fora do município de residência, mostra somente um dos aspectos da migração pendular, pelo fato de não perguntar a periodicidade com que as pessoas se deslocam para trabalhar ou estudar. Além do mais, não separa as que se deslocam somente para trabalhar ou para estudar.

A migração pendular é um fenômeno complexo que está relacionado como a mobilidade espacial da população, em seus diferentes aspectos: com as migrações inter e intra-regionais, com a mobilidade cotidiana (migrações cotidianas), mobilidade residencial, com as interações espaciais, com o espaço vital, com a periodicidade dos deslocamentos; com a duração (temporalidade); com a pertinência entre outros fenômenos constitutivos da organização social, política e econômica. Portanto, analisá-la como somente um simples fenômeno quantitativo de deslocamentos de pessoas para trabalhar ou estudar, num determinado intervalo de tempo, é reduzir a dinâmica da economia e da sociedade a arranjos institucionais burocráticos, vigentes num determinado momento histórico. Por exemplo, explicar os deslocamentos populacionais somente em função do mercado de trabalho.

As desigualdades sócio-espaciais no interior da metrópole fluminense se reproduzem nos deslocamentos das migrações cotidianas, nos seus aspectos da migração pendular, pelo fato que independente da distância percorrida, entre a residência e o local de destino, existem desigualdades bastante significativas entre aqueles que se deslocam para trabalhar ou estudar no interior da metrópole fluminense, ou seja, entre aqueles que trabalham ou estudam fora do município de residência, em especial entre aqueles que se dirigem para o município do Rio de Janeiro. Entretanto, os deslocamentos espaciais estão associados às condições sociais, econômicas e políticas da população, que revela a centralidade espacial, vista como movimento dialético que constrói e destrói, que cria e recria as condições existentes (Lefebvre, 1999, p.110) no lugar de residência, exigindo uma nova forma de vida no local de residência, de origem e destino. Neste sentido, se reproduz na chamada periferia o processo de segregação entre a população de alta renda no chamado “centro”

metropolitano, responsável por uma migração diferenciada social e economicamente, cujos destinos podem ser os mesmos municípios, mas a sua localização territorial é certamente diferenciada. Ressalta-se, entretanto, que as disputas entre a população de alta renda local e os migrantes, em iguais condições, associadas aos processos de exclusão da população de alta e baixa renda dão uma nova configuração territorial da chamada periferia metropolitana.

A maioria daqueles que prestam serviços, de baixa qualificação profissional (empregados domésticos, vendedores ambulantes, entre outros “profissionais” do desemprego ou do subemprego) faz parte do grande contingente da população metropolitana, entorno de 70% da Força de Trabalho ganha até 5 SM, que se desloca para trabalhar e/ou estudar no município do Rio de Janeiro, devido à centralidade do mercado de trabalho metropolitano.

As desigualdades sociais e econômicas aparecem no nível de escolarização das pessoas que trabalham ou estudam em outro município diferente de sua residência. As pessoas com mais de 11 anos ou mais de estudo variavam, em termos percentuais, de 20,4% em Duque de Caxias a 84,9% em Niterói, que trabalhavam ou estudavam no município do Rio de Janeiro. Ressalta-se ainda que os migrantes pendulares possuíam, em sua maioria, um baixo nível de escolarização e estavam ocupados (72,4%) em serviços, administração, na produção e comércio de bens e serviços (Jardim; Ervatti, 2005).

Para concluir, temos que ter presente que os movimentos da migração pendular são expressão de diferentes fenômenos do urbano metropolitano, que vão além da expansão territorial da metrópole, assim como da simples ida ao trabalho ou estudar, num município diferente de sua residência. Além do mais, as mudanças migratórias intrametropolitanas estão associadas a mudança de residência, que em sua maioria, nos sugere que não mantêm o trabalho anterior, uma vez que há correspondência, em quase sua totalidade, a relação entre mobilidade residencial intrametropolitana e pendularidade. Além do mais, estão associados aos movimentos da economia e da sociedade, como destacamos ao longo deste estudo, cuja importância e intensidade refere-se à centralidade do mercado de trabalho, assim como da qualificação e requalificação profissional, enquanto principais centros educacionais e científicos.

Portanto, a intensidade da migração pendular para trabalhar e/ou estudar vincula-se à áreas concentradas de informação técnica e científica que requerem diferentes níveis de divisão social do trabalho, com as suas diferentes ofertas e demandas no mercado de trabalho e educacional observadas, indiretamente, pela diferenciação nas condições de renda e educacionais dos migrantes pendulares no interior da metrópole do Rio de Janeiro, no período em questão.

## 6 - Referências Bibliográficas

BRANCO, Maria Luiza Castello; FIRKOWSKI, Olga Lúcia de Freitas; MOURA, Rosa. Movimento Pendular: Abordagem Teórica e Reflexões sobre o uso do Indicador. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Salvador de 23 a 27 de maio de 2005 (CD-ROM).

CABRERIZO, Juan Antonio Módenes. Flujos Espaciales e Itinerários Biográficos: La Movilidad Residencial en Área de Barcelona. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. Departament de Geografia., 1998 (tese de doutorado).

CORRÊA, Roberto Lobato. *Interações Espaciais*. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.) Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

ERVATTI, Leila Regina. Dinâmica Migratória no Estado do Rio de Janeiro na década de 90: uma análise mesorregional. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2003. (Dissertação de mestrado).

HUALDE, Alfredo. El Territorio como Configuración Compleja en las Relaciones entre Educación y Trabajo.

<http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/citerfor/publ/libarrola/>

consultado em 10 de setembro de 2005.

IBGE. Censo Demográfico de 2000. Manual do Recenseador. Rio de Janeiro, 2000.

JARDIM, Antonio de Ponte. Mobilidade Intrametropolitana: o caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR/IBGE, 2001.

JARDIM, Antonio de Ponte; ERVATTI, Leila Regina. MIGRAÇÃO PENDULAR INTRAMETROPOLITANA NO RIO DE JANEIRO: Pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG/HUMANITAS, 1999.

LOURENÇO, Alice. Quem tem direito à Cidade? Lutas pelo Direito de ir e vir na metrópole do Rio de Janeiro (1980-2005). Rio de Janeiro: IPPUR (Dissertação de mestrado), 2006.

NATAL, George L. A. (Coord.). O estado do Rio de Janeiro no limiar do século XXI – história, diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento. Relatório de Pesquisa. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

PIMENTEL, Rosalinda C. Uma Nova Armadilha: mais escolaridade e mais desemprego. Rio de Janeiro: Amais Livraria e Editora, 1998.

SENNET, Richard. A corrosão do caráter – conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

SUSINO, J. *Movilidad residencial y movilidad cotidiana em áreas urbanas*. In: CASTAÑAR, M.; VICENTE, J.; BOIX, G. (Ed.) *Áreas urbanas e movilidad laboral en España*. Girona: Universitat de Girona, 2000, p. 141-163.

## ANEXOS

<b>Migrantes pendulares por município de residência, segundo o município que trabalham ou estudam</b>															
<b>Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1980</b>															
Município de residência	Município que trabalham ou estudam														
	Duque de Caxias	Itaboraí	Itaguaí	Magé	Mangaratiba	Maricá	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Rio de Janeiro	São Gonçalo	São João de Meriti	Fora da RM	Total
Duque de Caxias	-	8	78	519	12	8	88	881	1,072	4	94,454	50	2,067	2,155	101,396
Itaboraí	27	-	-	100	-	50	-	4,262	15	-	3,412	3,268	4	1,136	12,274
Itaguaí	71	-	-	4	593	4	3	47	319	122	6,362	-	8	763	8,296
Magé	2,755	21	4	-	-	17	-	518	78	5	14,379	114	72	1,117	19,080
Mangaratiba	4	-	125	-	-	-	-	-	4	-	255	-	5	194	587
Maricá	3	9	-	-	-	-	-	1,020	-	-	884	260	-	101	2,277
Nilópolis	451	-	31	8	4	-	-	178	2,544	12	32,118	16	961	403	36,726
Niterói	276	272	117	123	10	113	13	-	131	8	44,208	4,310	45	2,190	51,816
Nova Iguaçu	6,531	12	465	59	66	3	4,295	950	-	323	189,399	21	4,960	3,301	210,385
Paracambi	11	-	280	4	7	-	20	24	384	-	1,036	-	12	447	2,225
Rio de Janeiro	4,202	75	1,394	274	146	24	592	4,107	1,930	75	-	243	1,352	9,280	23,694
São Gonçalo	189	673	45	193	10	208	8	62,412	126	-	48,694	-	14	2,074	114,646
São João de Meriti	8,754	-	48	48	16	8	1,889	400	3,054	4	87,710	8	-	840	102,779
<b>Total</b>	<b>23,274</b>	<b>1,070</b>	<b>2,587</b>	<b>1,332</b>	<b>864</b>	<b>435</b>	<b>6,908</b>	<b>74,799</b>	<b>9,657</b>	<b>553</b>	<b>522,911</b>	<b>8,290</b>	<b>9,500</b>	<b>24,001</b>	<b>686,181</b>
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980.															

Pessoas que trabalham e/ou estudam em outro município, por município de residência, segundo o município em que trabalha e/ou estuda

Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000

Município de residência	Município em que trabalha e/ou estuda																				Total
	Belford Roxo	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaboraí	Itaguaí	Japeri	Magé	Mangaratiba	Maricá	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	Rio de Janeiro	São Gonçalo	São João de Meriti	Seropédica	Tanguá	Fora da RM	
Belford Roxo	-	8490	-	8	69	10	69	1	36	619	620	11145	9	126	51403	32	4782	40	-	5791	83250
Duque de Caxias	1242	-	-	-	47	-	1541	24	26	154	1291	1307	9	128	82002	61	2677	64	-	8726	99300
Guapimirim	8	107	-	32	10	-	1619	-	8	-	203	18	-	-	1621	81	11	-	-	917	4634
Itaboraí	-	70	-	-	-	-	144	-	181	-	8634	39	-	-	8978	7010	21	-	520	2516	28113
Itaguaí	6	44	-	-	-	-	-	1374	-	9	76	99	13	9	4635	14	17	326	-	501	7123
Japeri	118	101	-	-	81	-	32	12	-	200	65	1682	368	1222	10460	-	169	137	-	1062	15708
Magé	47	4328	708	136	12	-	-	22	27	12	965	70	-	7	15465	398	99	8	-	3004	25308
Mangaratiba	-	13	-	-	457	-	-	-	-	-	-	38	-	-	555	-	-	28	-	304	1395
Maricá	-	29	9	49	-	-	-	-	-	6	2642	-	-	-	3317	762	17	-	-	747	7579
Nilópolis	397	863	-	-	51	30	12	31	-	-	256	3514	26	123	24229	39	1288	47	-	1427	32334
Niterói	41	501	31	677	64	16	160	18	393	49	-	277	10	8	45991	7295	58	69	-	5876	61535
Nova Iguaçu	4428	3381	29	21	517	395	55	99	11	6575	1677	-	133	2362	103014	92	3819	586	-	11488	138682
Paracambi	9	33	-	-	38	113	-	-	-	32	25	352	-	201	1325	-	10	334	-	751	3223
Queimados	212	305	-	-	-	506	-	33	-	182	114	2892	55	-	13275	13	285	8	-	2099	19980
Rio de Janeiro	572	7061	47	133	2380	31	253	302	75	2413	6479	4082	145	228	-	586	3003	1314	9	13061	42173
São Gonçalo	5	480	27	2968	54	-	150	19	712	9	74396	108	-	-	60961	-	6	20	20	9349	149285
São João de Meriti	1326	12558	-	34	42	23	-	32	-	2848	723	2856	-	287	67831	79	-	12	-	5235	93885
Seropédica	8	41	-	-	945	83	5	37	6	38	65	264	272	26	4685	11	21	-	-	538	7043
Tanguá	-	-	-	719	-	-	8	-	25	-	580	-	-	-	595	461	17	-	-	1253	3659
<b>Total</b>	<b>8420</b>	<b>38404</b>	<b>851</b>	<b>4778</b>	<b>4767</b>	<b>1207</b>	<b>4048</b>	<b>2003</b>	<b>1501</b>	<b>13146</b>	<b>98813</b>	<b>28743</b>	<b>1040</b>	<b>4727</b>	<b>500342</b>	<b>16933</b>	<b>16300</b>	<b>2993</b>	<b>548</b>	<b>74644</b>	<b>824209</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.